



LAZER E ESPAÇOS PÚBLICOS: A VISÃO DOS CIDADÃOS DE VILA DOS CABANOS EM BARCARENA – PA

Denise Cassundé Caravelas¹; Mirleide Chaar Bahia²

RESUMO

Cada vez mais a população se encontra limitada para usufruir do lazer nos espaços públicos da cidade, seja pelo número insuficiente de espaços para atender a todos os cidadãos, seja pela desigualdade na distribuição dos mesmos, ou ainda, pelas precárias condições de utilização. Essa problemática espacial do lazer na cidade motivou este estudo que tem por objetivo conhecer as relações existentes entre as vivências de lazer da população de Barcarena – PA, especificamente de Vila dos Cabanos, e os espaços públicos da cidade, verificando, sob a visão dos moradores, como estes percebem a distribuição, manutenção, construção e reestruturação dos espaços e equipamentos públicos e, ainda, analisar como essas pessoas compreendem o lazer enquanto direito sóciopolítico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que foi realizada por meio de uma combinação entre técnicas bibliográfica e de campo, utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista com roteiro semiestruturado. As entrevistas foram registradas e transcritas na íntegra, sendo tratadas, posteriormente, através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Como resultado, foi possível observar que a população ainda se vê desprovida de maiores possibilidades para o lazer e permanece paralisada diante das próprias necessidades, por desconhecê-lo como um direito a ser garantido. Além disso, os espaços e equipamentos públicos são escassos, assim como há uma má conservação dos que existem. Entende-se, como fator primordial, a articulação intersetorial entre várias instâncias do Poder Público, as quais consigam empreender esforços para atender, com qualidade, a um importante direito social da população.

Palavras-chave: Lazer. Espaços. Equipamentos. Políticas Públicas.

¹ Especialista em Lazer pela Universidade do Estado do Pará; Professora da Rede Estadual de Ensino do Pará. E-mail: denisecaravelas@hotmail.com

² Doutoranda; Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - Docente da Universidade Federal do Pará. E-mail: mirleide@ufpa.br



LEISURE AND PUBLIC AREAS: VIEWS OF CITIZENS FROM VILA DOS CABANOS IN BARCARENA – PA

ABSTRACT

Increasingly, population remains confined to enjoy leisure in city public areas, due to insufficient number of areas for serving all citizens, either its unequal distribution or precarious use conditions. Towards problematic leisure issues, this research aims to ascertain the relationship between leisure experiences of Barcarena – PA population, specifically of those from Vila dos Cabanos, and city public areas, by verifying the way citizens and city residents comprehend leisure as a sociopolitical right and perceive public areas and public equipment distribution, maintenance, construction and restructuring. This qualitative research is conducted through a compound between bibliographical surveys and field works, and semi-structured interviews as data collection methods. The interviews were wholly recorded and transcribed and subsequently followed up the Collective Subject Discourse (*DSC – Discurso do Sujeito Coletivo*) technique. As a result, population still lacks in major leisure possibilities and remains halted towards its own needs once it may not recognize leisure as a guaranteed right. Moreover, public areas and public equipment options are scant, as well as lacking of conservation. As a prime factor, we may highlight the intersectoral articulation among several Public Authority district courts which strive to attend with quality to a population's important social right.

Keywords: Leisure. Areas. Equipment. Public Policies.



1 INTRODUÇÃO

O crescimento desequilibrado das cidades, consequência do processo de urbanização, causa, ainda, grandes impactos na maioria das cidades brasileiras, no que diz respeito ao lazer das pessoas. O inchaço populacional e a ineficaz atuação do poder público em políticas para esse fim acabam contribuindo para uma maior morosidade no processo de democratização do lazer no espaço urbano.

Os espaços e equipamentos específicos de lazer ainda são encontrados, na sua maioria, em número insuficiente para atender à população de forma satisfatória, e os que existem são distribuídos, na sua maioria, de forma desigual. Alguns equipamentos não são utilizados de forma eficaz por vários motivos: pela falta de conhecimento das pessoas; pela não divulgação dos espaços; e pela falta de programações e eventos elaborados para o acesso da população. A título de exemplo, é possível verificar esses fatos em resultados de pesquisas realizadas em Belém (PA) por Bahia e colaboradores (2008) e Bahia e Figueiredo (2008).

As pessoas estão cada vez mais fechadas em suas casas, utilizando aparelhos eletrônicos como a televisão e a Internet (para quem possui poder aquisitivo) como forma de compensar a limitação encontrada no acesso aos espaços públicos de lazer, fazendo com que as relações pessoais e afetivas se tornem cada vez mais individualizadas.

Levando-se em consideração tais questões, é importante explicitar que o tempo disponível na vida das pessoas, a atitude adotada e o espaço são aspectos essenciais para que o lazer aconteça. O uso do tempo para o lazer nos dias de hoje ainda é, de certa forma, funcionalista, já que ainda se vê esse tempo como uma forma de remediar o cansaço, um tempo da sociedade para tentar se “curar” da alienação do cotidiano do trabalho. (MARCELLINO, 1995).

Nesse contexto, as pessoas tendem a organizar seu tempo de acordo com as determinações dos interesses econômicos e, do mesmo modo, a configurar o cenário ambiental urbano para que suas atividades de lazer aconteçam.

Hoje o consumo orienta as relações humanas, e nesse contexto os valores como cidadania, justiça social e democracia não são vistos com a devida atenção pelos governantes. As relações entre o cidadão e a cidade tornam-se a cada dia mais deficientes, resultando numa sociedade carente de melhorias que proporcionem seu bem-estar.

O desmazelo do poder público com os espaços de lazer, em virtude dos orçamentos dos governos, cada vez mais reduzidos para o lazer, faz com que a indústria cultural – capitaneada pelos setores privados – se utilize dessa excelente oportunidade para a exploração do lazer como mercadoria a ser vendida, o que limita cada vez mais as pessoas com baixa renda a terem acesso ao lazer público e gratuito.

Para que o lazer seja democratizado e possibilite condições de desenvolvimento, descanso e divertimento, os equipamentos de lazer precisam ser planejados, construídos de forma adequada, com a execução de contínuas manutenções em suas estruturas físicas e a elaboração de projetos de animação sociocultural adequados ao conteúdo e ao tipo de equipamento.

Dessa forma, salientando a importância da democratização do lazer para a população, objetivou-se, através desta pesquisa, conhecer as relações existentes entre as vivências de lazer da população de Barcarena (PA), especificamente de Vila dos Cabanos, e os espaços públicos da cidade, verificando, pela visão da população, como esta percebe a distribuição, a manutenção, a construção e a



reestruturação dos espaços e equipamentos públicos, e ainda analisar como essas pessoas compreendem o lazer enquanto direito sociopolítico.

2 MINHA CIDADE! MEU ESPAÇO DE LAZER?

Neste artigo, considera-se o lazer como:

[...] cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída), no tempo disponível. É fundamental como traço definidor, o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa. (MARCELLINO, 1995, p. 31).

Ao definir o lazer como cultura vivenciada, o autor supracitado dá um significado mais amplo ao fenômeno, não o restringindo somente a uma atividade de caráter desinteressado, mas reforçando a impossibilidade de entendê-lo de forma restrita, sem relação com os outros aspectos da vida social.

Com a escassez de políticas públicas na área do lazer, os setores privados encontram o caminho livre para explorar o setor como mercadoria a ser vendida para as classes que podem pagar. Dessa forma, o lazer, quando utilizado como veículo de consumo, por meio do sistema capitalista, transforma-se num lazer comercializado, mercantilizado e de acesso restrito. Nessa óptica, o tempo disponível para o usufruto do lazer acaba por se transformar num tempo que, muitas vezes, é direcionado para a compra, reduzindo-se a um tempo do consumo. Com isso, é necessário verificar que esse tipo de lazer difere entre as diferentes camadas sociais, já que cada uma possui sua característica de acordo com seu poder aquisitivo.

Os tipos de atividade, programa ou diversão, consumidos no lazer não são os mesmos para o patrão e para o empregado. Sabe-se que a fração orçamentária destinada ao lazer é muito mais elevada nas camadas superiores. Isso demonstra que as distinções sociais ou a desigualdade se reproduzem na esfera do lazer da mesma forma que nas outras esferas da vida. (MARIN; PADILHA, 2000, p. 29).

Entender o lazer de forma mais ampliada é compreendê-lo como um elemento capaz de estimular questionamentos sobre os valores de uma vida em sociedade, e da mesma forma ser culturalmente influenciado por ela, pois está em contínua relação com outras áreas de atuação, englobando vários aspectos da vida humana. O lazer não é a única alternativa na busca por um mundo mais humanizado, pois isso excluiria outras áreas importantes da vida social, capazes de realizar também significativas transformações sociais, como a família e o trabalho, por exemplo. (MARCELLINO, 1995).

Como um fenômeno tipicamente urbano, comumente o lazer acontece no espaço da cidade e esta acaba por se configurar como um grande equipamento de lazer. Cabe, portanto, considerar que uma cidade representa formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso, *locus* de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto.

O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas é o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. Quando olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital,



mais do que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade, haverá também uma luta contra o capital. (HARVEY, 2009, p. 269).

No contexto das disputas de poder no setor público e privado, bem como seus reflexos no planejamento de uma cidade, o que se observa é que os setores responsáveis pelo planejamento do espaço urbano, muitas vezes, deixam de considerar a cidade como um importante elemento de articulação das relações sociais da população.

Os espaços urbanos não se limitam também a ser locais ou palcos da produção industrial, da troca de mercadorias, ou lugares onde os trabalhadores vivem. Eles são tudo isso e muito mais; são produtos: edifícios, viadutos, ruas, placas, postes, árvores, enfim, paisagem que é produzida e apropriada sob determinadas relações sociais. A cidade é objeto e também agente ativo das relações sociais. (MARICATO, 1997, p. 42).

As funções sociais de uma cidade carregam interesses difusos, congregando toda a coletividade, cujos sujeitos não são determinados. Portanto, para cumprir suas funções sociais, o direito à cidade significa garantir a todos os cidadãos, indistintamente, coletiva e individualmente, o direito ao meio ambiente, à moradia, à terra urbana, ao saneamento, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e **ao lazer**.

É preciso colocar em prática a Lei Federal n. 10.257, do denominado Estatuto da Cidade, a qual foi aprovada e sancionada em 2001, que traça as diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano dos municípios brasileiros. Caracteriza-se pela formulação de políticas de gestão de cidades democráticas e planejadas, assim como trata do aprofundamento da regularização fundiária (BRASIL, 2001).

Algumas pesquisas têm demonstrado a necessidade de reflexões sobre essa problemática nos grandes centros urbanos e apresentam elementos significativos de chamada de atenção ao poder público sobre a urgência de políticas públicas que possam minimizar o problema da falta de espaços e equipamentos de lazer nas cidades, ou mesmo a sua manutenção e revitalização adequada. A exemplo disso, pode-se citar trabalhos publicados sobre Belém (PA) (BAHIA *et al.*, 2008; BAHIA; FIGUEIREDO, 2008), sobre Campinas (SP) (MARCELLINO, 2006), sobre o Rio de Janeiro (RJ) (MELO; PERES, 2003), entre outros. O que pode ser observado nas referidas pesquisas é que a maioria das cidades não conta com um número suficiente de equipamentos de lazer para atender à população, havendo ainda uma distribuição desigual entre os bairros e distritos das áreas metropolitanas, como se pode verificar na região metropolitana de Belém (PA).

[...] o que se verifica é a concentração desses equipamentos no centro urbano de Belém e nos bairros mais centrais, configurando-se na primeira dificuldade de acesso ao espaço, uma vez que aqueles que moram em bairros periféricos da cidade têm que dispor de tempo e investimento extra no orçamento familiar para pagar o transporte e ter acesso ao espaço e ao equipamento. Uma outra questão é a falta de divulgação dos espaços, o que resulta no desconhecimento da população de seu direito ao acesso e a conseqüente não utilização destes, resultando, muitas vezes, na exploração comercial do local, privilegiando as classes de maior poder aquisitivo. Nas próprias Secretarias, muitos equipamentos não são registrados e inclusos nas programações culturais, o que resulta na não divulgação do espaço à população. (BAHIA *et al.*, 2008, p. 73).



Na conceituação de espaços e equipamentos de lazer é comum que esses dois termos se confundam e sejam usados, muitas vezes, como sinônimos. Santini (*apud* MARCELLINO, 2007a, p. 15) afirma que “espaço é entendido como suporte para os equipamentos. E os equipamentos são compreendidos como objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade”. O referido autor afirma ainda que, segundo o ponto de vista de Santini (1993), o lazer pode acontecer sem a presença de um equipamento, mas não pode se realizar sem a existência de um espaço.

O espaço de lazer caracteriza-se por um espaço sociocultural de encontro e de convívio entre as pessoas, os grupos, e as diversas classes sociais, configurando-se num *locus* de acesso à cultura urbana (DUMAZEDIER, 1999).

Ao detectar a importância do espaço para o usufruto do lazer e analisar as relações desse fenômeno com o espaço urbano, verificam-se grandes impasses para a sua vivência, decorrentes do descompasso entre o inchaço populacional e o desenvolvimento de infraestrutura adequada para atender a essa grande demanda, fruto de um acelerado processo de urbanização da maioria das cidades.

Ante todas as consequências decorrentes desse desequilíbrio, atualmente a população se encontra limitada por diversos fatores: a) escassas opções de lazer nos logradouros públicos; b) maior concentração de espaços e equipamentos nos bairros mais centrais, dificultando o acesso de uma grande parcela da população que se encontra nas periferias; c) pouca ou nenhuma forma de divulgação dos espaços e/ou programações neles existentes; d) aumento da violência nas grandes cidades, o qual pode estar relacionado à ausência de políticas sociais de forma geral, entre estas as políticas de lazer; além de outros fatores.

Via de regra, uma política de ação no campo do lazer, além da ampliação do tempo disponível das pessoas, do desenvolvimento de espaços apropriados e da orientação adequada através de animadores socioculturais, é consubstanciada por meio de um conjunto de ações cuidadosamente articulado em termos de periodicidade, grupo alvo, natureza da experiência, diversidade de locais, entre outros fatores. O que se observa, no entanto, em muitas cidades brasileiras nesse campo de atuação é uma outra realidade, ou seja, é oferecido à população um “cardápio” de eventos desconectados entre si, sem o devido planejamento e a necessária avaliação, tanto quantitativa como qualitativa de seus resultados. Nesse particular, portanto, “o evento é vento”, isto é, se esvai como um sopro, nada deixando após a sua passagem [...]. (BRAMANTE, 1999, p. 122).

Sendo assim, refletir sobre a cidade como um espaço necessário para a vivência de lazer é refletir também sobre as barreiras impostas pela realidade urbana, quando a população busca por maiores possibilidades de lazer.

O crescimento das cidades acabou por isolar seus habitantes, principalmente os de pouco poder aquisitivo, tornando-os “enclausurados” em seus próprios lares e tendo que fazer deles uma de suas poucas opções de lazer.

[...] há uma construção simbólica que transforma o enclausuramento em algo valorizado. Elabora-se, assim, uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais. [...] Mesmo que ainda existam muitos fluxos entre o centro e a periferia (e vice versa), temos que reconhecer que as cidades estão cada vez mais divididas, notadamente as metrópoles. No caso do Rio de Janeiro, para explicitar tal situação, Zuenir Ventura cunhou um termo bastante utilizado: “cidade partida”. Preferimos considerar que existe, na verdade, um processo confuso de circularidade e influência. Talvez seja



mais adequado falarmos em uma “cidade interrompida” (*sic*). (MELO; PERES, 2003, p. 4).

Ao ficarem enclausuradas, as pessoas acabam tornando-se passivas ante as políticas que interferem diretamente nas suas vidas, desconsiderando seu papel de cidadãos, por se sentirem apenas como usuários da cidade. Há com isso uma desintegração dos vínculos afetivos e sociais desses indivíduos com sua cidade, fazendo com que a sua maioria não se sinta comprometida com os problemas urbanos em geral, tornando-a conformada e passiva no que se refere a exigir o direito ao lazer, necessário para a qualidade de vida nas cidades, como um direito social a ser garantido.

Pensar a cidade como espaço múltiplo de lazer leva-nos a refletir sobre as inúmeras dificuldades no cenário urbano, iniciando pelo visível descaso do poder público em reconhecer o lazer como elemento primordial de bem-estar da população, sendo passível de investimentos cada vez menores nos orçamentos públicos, ficando atrás de necessidades consideradas principais, como saúde, saneamento, educação e trabalho.

Não por acaso, reflexos de uma tendência a supervalorizar o aspecto econômico, pode identificar no imaginário da população certa hierarquização das necessidades, onde saúde, educação e trabalho (entendidos como fundamentais à “sobrevivência”) ocupam espaço de predominante importância, ficando relegados ao segundo plano, assuntos como lazer e cultura, entendidos como solicitações para um instante posterior, quando os primeiros problemas estiverem sanados. Assim, nem sempre se entende que lazer e cultura são tão importantes quanto qualquer outra reivindicação e mesmo que podem ocupar importante papel no alcance daquilo que é considerado “necessário”. (MELO; PERES, 2003, p. 2).

A situação torna-se ainda mais difícil quando se percebe a constante negligência do poder público diante das políticas públicas de lazer, em contrapartida ao crescente número de investimentos feitos pela iniciativa privada, enquanto os espaços públicos se encontram, em algumas áreas das cidades, em condições ruins de uso.

Os equipamentos urbanos de lazer quando concebidos, quase sempre são assumidos pela iniciativa privada que os vê como uma mercadoria a mais para atrair o consumidor. As possibilidades oferecidas em termos de lucro são critérios levados em conta para a construção e manutenção em funcionamento dos equipamentos de lazer. (MARCELLINO, 2007a, p. 18).

Para que o espaço público seja um espaço de vivências democráticas de lazer é necessário que este seja planejado e construído de forma que possibilite acesso a um maior número de pessoas, de diferentes grupos da sociedade (diferentes classes, gêneros, faixas etárias etc.). Sendo assim, é necessário primeiramente que o lazer seja compreendido como um direito social, garantindo, então, o espaço público como uma importante ferramenta de usufruto do lazer na cidade.

No que diz respeito às políticas públicas de lazer é importante elencar três aspectos importantes (mas não determinantes) citados por Melo e Peres (2003) para garantir a qualidade de acesso aos equipamentos: 1) se há equipamentos propriamente ditos (aspecto físico); 2) se os valores cobrados e os gastos são acessíveis (aspecto financeiro), e, principalmente, 3) se há compreensão dos



significados, ou seja, se há intervenção pedagógica sobre a importância de tal manifestação cultural ou equipamento de lazer, para que as pessoas sejam estimuladas a frequentar.

Entender o lazer como um direito é primordial para que se busquem soluções para o visível descaso do poder público em relação às políticas para o lazer, já que este é visto, na maioria das vezes, como algo sem prioridade. Por isso, é preciso que as pessoas entendam a importância de reivindicar o lazer, atentando para as políticas públicas de lazer na cidade.

[...] as políticas públicas podem se constituir numa excelente oportunidade de refletir e alterar este quadro através de ações que privilegiem as prioridades da população, equacionando ou minimizando as desigualdades existentes entre os diferentes grupos principalmente aqueles que estão marginalizados e excluídos do processo social pela política econômica adotada no país centrada na concepção de mercado. (ROCHA, 2004, p.193).

O reconhecimento do lazer como um direito social a ser garantido para que as pessoas tenham qualidade de vida nas cidades e a reivindicação de medidas que sanem as necessidades da população resultam na intensificação de articulações e organizações de determinados setores da sociedade que embasam os debates sobre políticas públicas de lazer.

No entanto, a maioria das pessoas ainda espera acomodadamente pelo poder público e deixa de se portar ativamente diante dos projetos e das políticas de lazer na cidade. A elaboração de uma política de democratização dos espaços públicos de lazer na cidade é essencial para que se estabeleça a mudança de tal realidade.

A partir de tais problemáticas, o enfoque dado a este estudo foi a observação das relações, das percepções e das atitudes adotadas pelos cidadãos em relação ao lazer nos espaços públicos, num distrito historicamente planejado para fins trabalhistas e de caráter privado, como é o caso da Vila dos Cabanos.

A Vila dos Cabanos é um bairro no município de Barcarena (PA), que foi originalmente construída como área residencial dos funcionários da ALBRÁS (Alumínio Brasileiro S.A) e da ALUNORTE (Alumina do Norte do Brasil S.A), empresas pertencentes à VALE. Por isso, tornou-se interessante a análise das percepções e atitudes dos cidadãos cabanenses sobre seus espaços públicos de lazer, verificando de que forma essas relações acontecem.

Para a pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com usuários da Praça Alírio Magno, localizada na Vila dos Cabanos, em Barcarena (PA), selecionada por ser o único local público de considerável circulação de pessoas e por ser um dos espaços/equipamentos públicos de acesso, possivelmente, mais democrático, tendo em vista a necessidade de maiores informações sobre o lazer das pessoas.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas semiestruturadas (DENKER, 2000), em que as perguntas foram respondidas dentro de uma conversação informal, no entanto, seguiram um roteiro preliminar. A linguagem utilizada foi de fácil acesso a todos os participantes, além de ser garantido o sigilo, assegurando a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

A técnica de análise dos dados utilizada nesta pesquisa baseou-se no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que consiste em analisar o material verbal coletado, extraindo, de maneira sintética e precisa, as Ideias Centrais de cada depoimento e as correspondentes expressões-chave (essência do conteúdo do discurso) ou ancoragens (afirmações genéricas utilizadas para “enquadrar” situações



particulares), fazendo uma divisão de vários depoimentos em categorias. Com isso, compõe-se um ou vários discursos-sínteses, que são os DSC. Essa é uma técnica de pesquisa qualitativa criada para fazer uma coletividade falar, como se fosse um só indivíduo. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2003).

3 OS DISCURSOS DOS ENTREVISTADOS

Por meio dos discursos-sínteses foi possível descrever de maneira sucinta as experiências de lazer vividas pelas pessoas em Vila dos Cabanos, tanto no que diz respeito às concepções e/ou simbolizações empregadas ao termo, como, conseqüentemente, constatar a importância do lazer para eles, assim como suas relações com os espaços públicos da cidade, suas percepções e seus posicionamentos.

3.1 As conceituações do lazer segundo os entrevistados

Sobre as concepções, pode-se identificar que para os entrevistados o lazer está ligado à sensação de bem-estar e à socialização, à diversão, à descontração e ao descanso, como: ir à praça, à praia, a um sítio, a praticar esportes, a sair com a família ou com os amigos e a comer, por exemplo.

Por meio das entrevistas realizadas nesta pesquisa foi possível observar que os conteúdos culturais “sociais” e “físico-esportivos” foram os que predominaram nas citações dos entrevistados e nas exemplificações de suas vivências.

A redução dos conceitos de lazer a apenas um conjunto de atividades é um equívoco, já que acaba por excluir as diversas possibilidades e relações com os variados aspectos de desenvolvimento da vida pessoal e social que o lazer pode proporcionar. (MARCELLINO, 2007b).

Na questão sobre a importância do lazer, é notória, nas falas, a relação de um lazer funcionalista no qual este se apresenta como uma forma de aliviar o cansaço e a rotina de trabalho, o que se pode observar nas seguintes falas: “É muito importante porque a gente que trabalha precisa ter momentos de lazer pra relaxar, pra espalhar” (Entrevistado 03); e “Porque é no lazer que você vai recarregar as energias para uma semana boa de trabalho” (Entrevistado 05).

É interessante notar que a população, por estar condicionada ao mundo do trabalho, acaba por não perceber a real importância do lazer como um direito básico, sempre o deixando para depois, quando não suportando a carga cotidiana do trabalho, ou quando suas obrigações trabalhistas já foram realizadas.

Essa questão pode ser observada na fala de Marcellino (1987, p. 28), quando afirma que:

De fato, a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a “performance”, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimula-se a prática compulsória de atividades denotadoras de moda ou “status”. Além disso, o caráter social requerido pela produtividade, confina e adia o prazer para depois do expediente, fins de semana, períodos de férias, ou, mais drasticamente, para a aposentadoria.



3.2 A relação lazer x espaços públicos para os entrevistados

Sobre as percepções dos espaços públicos na cidade e, mais especificamente, na Vila dos Cabanos foi possível identificar que o espaço “praça” foi o mais citado pelas pessoas, seguido por uma citação do espaço “praia”. Isso, provavelmente, se deve ao fato de existirem somente duas praças na Vila dos Cabanos, sendo que as duas se situam uma ao lado da outra, e as praias do Caripy e Itupanema se localizarem-se bem próximas do bairro.

As principais ideias sobre a importância dos espaços públicos nos discursos estão na importância da existência dos espaços para uma melhor qualidade de vida para a comunidade em geral, ou seja, para maiores possibilidades de vivências de lazer nos espaços públicos. Foi possível verificar que houve reconhecimento do lazer como um direito tão importante como a saúde e a educação, como se pode identificar na fala: “O espaço público deveria ter o mesmo respeito, o mesmo cuidado, o mesmo compromisso como se tem com a saúde, com a educação, com o lazer né! No caso é o lazer” (Entrevistado 05).

Foi possível perceber que a população, mesmo com uma visão limitada sobre o lazer, consegue perceber a sua importância como uma prioridade, assim como outras áreas sociais.

[...] as políticas referentes ao lazer da população devem ser vistas em pé de igualdade com as demais áreas de atuação do Estado, de forma que por meio de uma articulação eficiente se chegue a um resultado ótimo, dentro das limitações orçamentárias existentes. Ao contrário, quando se subestima o alcance das políticas de lazer, termina-se por limitar os resultados das ações nas outras áreas, como educação, saúde, segurança, emprego etc. (ROCHA, 2004, p. 117).

Quando indagadas a respeito da necessidade de melhorias dos espaços, o discurso mais enfatizado pelas pessoas foi a questão da ausência de espaços públicos na cidade, ou seja, do número e das opções de espaços de lazer insuficientes para atender às necessidades da comunidade de Barcarena.

Outra questão abordada refere-se às propostas de uma melhor estruturação e melhor manutenção arquitetônica das praças existentes, como também de construção de outras opções de espaços públicos com ambientes de melhor qualidade para a população.

Nos discursos sobre se saberiam a qual órgão público recorrer para reivindicar melhorias, tanto os entrevistados que atribuem ao governo municipal a responsabilidade de responder às reivindicações da população, quanto os que não souberam especificar a qual órgão devem recorrer, todos afirmaram que nunca realizaram nenhuma exigência a respeito dos espaços públicos da cidade.

Esse comportamento pacífico ante as reivindicações e mobilizações por melhores espaços e condições de usufruto do lazer, por desconhecimento ou, simplesmente, por comodismo, acaba por dificultar o efetivo exercício do lazer como um direito a ser garantido. Segundo Bramante (1995), essa passividade da população reflete-se diretamente em frágeis políticas públicas de lazer adotadas pelos diferentes níveis do governo.

Para que esse quadro se modifique, é preciso que o poder público, em conjunto com a comunidade, se sinta responsável e se torne um agente atuante nas ações e nos projetos para o lazer, organizando políticas que visem não somente aos



espaços físicos para as experiências de lazer, mas principalmente aos significados e às diversidades existentes nestes para a comunidade.

É preciso que sejam formuladas políticas comprometidas com a formação total dos sujeitos, mas para que isso ocorra torna-se essencial que sejam revisados os papéis que a sociedade e principalmente o poder público vêm assumindo no que se refere ao lazer na atualidade.

Essas políticas estão articuladas com a participação comunitária que, juntamente com um diagnóstico da realidade local, ajudará na elaboração de projetos mais consistentes e próximos dos desejos e interesses de cada grupo social. (ROCHA, 2004, p. 194).

É preciso que os cidadãos se sintam “proprietários” do que é público, já que os impostos são pagos por todos em prol da criação e manutenção desses bens públicos. Cabe à população retomar o sentimento de pertencimento desses espaços, para que, dessa forma, o lazer se torne um direito para todos, um elemento de apropriação da cidade, em que todos se sintam responsáveis pela cidade. As pessoas precisam se identificar e se reconhecer como sujeitos transformadores, participativos e atuantes nas políticas públicas de lazer.

O diálogo entre a população e o poder público é de primordial importância, para que se tome conhecimento das necessidades e vontades da comunidade em relação a esse setor. E analisar o espaço para o lazer reflete nas políticas públicas, pois será por meio delas que haverá possibilidade de organizar ações que promovam a melhoria das vivências de lazer do cidadão urbano.

É necessária a articulação intersetorial entre várias instâncias do poder público e de outros setores da sociedade como forma de empreender esforços para atender, com qualidade, a um importante direito social da população, o direito à cidade, de forma geral, e o direito ao lazer, de forma específica. Entende-se que essa seria uma das formas de possibilitar melhores resultados na resolução dos problemas das cidades – como, por exemplo, a garantia do direito à vivência do lazer – e viabilizar políticas de ordenamento do espaço, políticas de criação e manutenção de espaços e equipamentos nas cidades, políticas de uso de tais espaços, políticas de animação sociocultural para eles. Compreende-se intersetorialidade como:

[...] a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social (*sic*). (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997, p. 24).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do objetivo desta pesquisa, em analisar as percepções e vivências estabelecidas entre os cidadãos do bairro de Vila dos Cabanos em Barcarena (PA) com os espaços públicos da cidade, pode-se observar que a população ainda se vê desprovida de maiores possibilidades para o lazer e, muitas vezes, permanece paralisada diante das próprias necessidades, desconhecendo-o como um direito garantido pela Constituição Federal.

Ao constatar nos discursos as insuficientes opções de espaços e equipamentos públicos, assim como a má conservação dos que existem, a questão da



problemática espacial no que se refere a ações mais eficazes para a criação, manutenção e reestruturação de espaços para o lazer deve ser cuidada com mais zelo para que todos os componentes necessários à democratização do lazer aconteçam.

A criação de espaços e equipamentos de lazer podem ser instrumentos importantes na ressignificação do espaço urbano. Para isso o poder público tem papel primordial na implementação de políticas que sejam capazes de transformar a cidade num espaço ambiental urbano de qualidade, com segurança e equidade no acesso. Porém, não basta apenas divulgar um espaço, é preciso que ele tenha condições de ser utilizado; para isso a revitalização e a conservação são fatores de grande importância, mas para conservá-los e tê-los como um patrimônio ambiental urbano, a população precisa conhecer o espaço, saber que ele é um bem coletivo. (BAHIA *et al.*, 2008).

É de extrema importância a criação de políticas públicas capazes de criar, manter e melhorar os espaços e equipamentos de lazer de uma cidade, entendendo-se que estes, além de possuírem uma importância social, com a possibilidade do encontro e do convívio da população, podem ser impulsionadores do despertar de uma consciência crítica sobre a importância de se manter os espaços urbanos equipados e conservados para o lazer, como um elemento indispensável para uma vida melhor dos cidadãos e como um direito de todos. “Vale a pena cobrar para que o poder público se faça presente nesse setor, mas é preciso que a comunidade assuma também sua parcela de responsabilidade nessa co-gestão” (*sic*). (MULLER, 2002, p. 26).

Propõe-se, portanto, que uma das vias de concretização dessa gestão compartilhada seja a articulação de políticas intersetoriais, as quais envolvam o poder público, a sociedade, as organizações não governamentais, o setor privado, entre outros atores sociais. O papel das políticas públicas exerce grande importância como uma possibilidade e capacidade de inter-relação entre diversos setores, áreas de conhecimentos, campos de ação, no sentido de estabelecer objetivos comuns de enfrentamento de uma problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, M.C. et al. Os espaços e equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém. In: FIGUEIREDO, Silvio L. (org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA/ANPUR, 2008. p. 59-77.

BAHIA, M.C.; FIGUEIREDO, S.L. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, Ago. 2008.

BRAMANTE, A.C. Políticas públicas para o lazer: o envolvimento de diferentes setores. **O lúdico e as políticas públicas: realidades e perspectivas**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Esportes / Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1995. p 13-17.

_____. Estudo de caso para a formulação de uma política setorial de lazer: avaliação contextual do Distrito Federal. **Conexões**: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, v. 1, n. 2, p. 121-145, dez. 1999.



BRASIL. **Lei Federal 10.257 de 10.07.2001 – Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.

DENKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. Tradução: Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1999.

HARVEY, D. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

JUNQUEIRA, L.A.P.; INOJOSA, R.M.; KOMATSU, S. Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. In: _____. **El tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública**. Caracas: Unesco / Clad. 1997.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. **O Discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa: desdobramentos. Caxias do Sul: Educs, 2003.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

_____. **Lazer e humanização**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana**. UNIMEP: Opus, 2007a.

_____. **Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano**: Políticas. UNIMEP: Opus, 2007b.

_____. Lazer, espaço urbano e transversalidade. In: CARVALHO, J.E. (Org). **Lazer no espaço urbano**: transversalidade e novas tecnologias. Curitiba: Champagnat, 2006.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. Coord.: Walderley Loconte. São Paulo: Atual, 1997.

MARIN, E.C.; PADILHA, V. Lazer e consumo no espaço urbano. **Revista Corpoconsciência**, Santo André, p. 21-36, 2000.

MELO, V.A.; PERES, F.F. **Espaço, Lazer e Política**: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/idac_livro_colombia.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2006.

MULLER, A. **Lazer, desenvolvimento regional**: como pode nascer e se desenvolver uma idéia. In: MULLER, A.; DACOSTA, L.P. (Orgs.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 9-40.

ROCHA, L.C. Políticas públicas de lazer: um olhar sobre a realidade brasileira. **Diálogos Possíveis**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 191-199, jul./dez. 2004.



SANTINI, R.C.G. **Dimensões do lazer e da recreação**: questões espaciais, sociais e psicológicas. São Paulo: Angelotti, 1993.

Recebido: 30/01/2010

Aprovado: 25/08/2010